

Apresentação – Dossiê Histórias Públicas

Uma história pública da Inquisição: a que custo, de que forma, com qual sentido?

Organizador:

Angelo Adriano Faria de Assis
Professor Titular – Universidade Federal de Viçosa

Na introdução do recente livro *Que história pública queremos?*, os organizadores Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges elencam algumas questões que nortearam as discussões que deram origem à obra:

Não seria o historiador naturalmente público? Qual a contribuição da história pública para a História? Como calibrar o diálogo da história pública com a historiografia, tendo em conta suas aproximações e distanciamentos com as noções de consciência histórica e de cultura histórica? A história pública é sempre uma história do tempo presente? Quando a história pública pode tornar-se perversa?¹

Os autores, a seguir, concluem:

A história pública que queremos procura reconhecer as experiências e reflexões anteriores, as tradições disciplinares e interdisciplinares (e as indisciplinadas, por que não?), as instâncias de apreciação e de crivo, que há décadas fazem parte do fazer história dentro e fora do Brasil. Por estas razões, *a história pública que queremos* não se pensa como um campo disciplinar para erguer novos limites; longe disso, propõe-se como uma plataforma de onde se observam a confluência de atitudes comuns face ao tempo e às temporalidades históricas, disseminadas por diferentes instituições, por meio de temas diversos, combativos e difusos, potencializada pela diversidade cultural do nosso país de dimensões continentais.²

¹MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo, BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 10.

²Idem, p.11

Qual seria, então o objetivo de uma história pública? Qual a importância de divulgar o passado para além dos marcos da Academia, em linguagem mais acessível ao grande público, em novas formas de comunicação, construída em conjunto entre historiadores e não acadêmicos? Para além da democratização do conhecimento sobre o passado, estaria a História correndo algum tipo de risco de esvaziamento ou distorção de conteúdos e da sua função científica?

Os momentos de efemérides muitas vezes incentivam narrativas amplificadas sobre o passado e nos ajudam a refletir sobre estas questões. São sempre oportunidade privilegiada para que tanto a sociedade, em geral, quanto a historiografia, em particular, possam repensar os significados de fatos e personagens marcantes de nossa história. O recente bicentenário de nossa independência política é exemplo dos diversos tipos de usos e apropriações que se pode fazer deste passado: não raro, para além de celebrar conquistas, lembrar traumas, assinalar transformações e identidades, também pode ser ressignificado e refletido, de modo desvirtuado, em interesses excusos de grupos que se pretendem perpetuar no poder. Mas pode ser também oportunidade de discutir o peso de um passado que nos forjou e ainda nos orienta em muitos sentidos, auxiliando-nos a compreender nossas origens, o que somos, o que nos une e nos torna únicos, bem como o que queremos lembrar e o modo de divulgarmos esta história.

Exemplo importante dessas datas comemorativas de grande monta ocorreu em 2021, momento em que foram celebrados os duzentos anos da extinção do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição português. A instituição, quando perto de seu fim, então já não gozava do mesmo apoio, fosse moral fosse imposto pelo medo, de parcela da população e do próprio clero, sendo cada vez mais vista como sinônimo de atraso e do peso desmedido representado pela Igreja, enxergada como inadequada aos novos tempos de Ilustração, que cada vez ganhavam maior espaço na Europa, no Reino e em seus domínios espalhados pelo orbe.

Histórias conectadas, o fim do Santo Ofício português decretado pelas Cortes Liberais Constituintes não se entende desvinculado do contexto que o cerca: é um desdobramento da crise do Antigo Regime, refletida na metrópole nas revoltas iniciadas com a Revolução Liberal do Porto (1820), que pôs fim à monarquia absolutista lusa e, do

outro lado do Atlântico, conforme a outra efeméride apontada acima, acelerou o processo de independência do Brasil ocorrido em 1822.

A Inquisição portuguesa durou de 1536 a 1821. O início de suas funções coincidiu com os primórdios da colonização brasileira, e o seu encerramento, como vimos, encontrou justificativa no mesmo evento que incitou nossa ruptura política. Assim, a colônia viveu tempos de Inquisição durante praticamente toda a sua existência. O tribunal somou quase três séculos de intolerância e perseguição religiosa movida em nome da fé, vitimando milhares de vidas, criando uma atmosfera acachapante de insegurança, de suspeitas generalizadas e de intolerâncias que atingia a todos.

No caso da América portuguesa, cabe frisar, apesar de não existir um tribunal inquisitorial estabelecido em seu território, ficando sob a alçada do Tribunal de Lisboa, os números da ação inquisitorial estão longe de serem tímidos: o Santo Ofício enviou visitas (quatro, pelo menos) entre os séculos XVI e XVIII que abarcaram regiões como Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Grão-Pará e Maranhão. Anita Novinsky³ traçou uma panorama desta presença do Santo Ofício e de seu impacto sobre a colônia, em números ainda provisórios, que podem ser revistos conforme o avanço do conhecimento das fontes sobre o tribunal: prendeu e processou, pelo menos, 1076 pessoas, sendo 778 homens e 298 mulheres (de um total de mais de quarenta e três mil processos instruídos pela Inquisição portuguesa por todo o seu vasto império); vinte e nove indivíduos (27 homens e 2 mulheres) naturais, moradores ou de passagem pelo espaço brasileiro acabaram condenados ao Braço Secular, ou seja, à pena de morte, seja em matéria (queimados em autos-de-fé públicos) ou em estátua (para os que não haviam sido encontrados ou estavam fugidos); recebeu milhares de denúncias e confissões motivadas pelas mais diversas culpas e desconfianças – proposições heréticas, bigamia, sodomia, práticas sexuais desviantes de toda sorte, blasfêmia, feitiçaria, solicitação, gentilidades, luteranismo, islamismo, gentilidades, sacrilégios e apostasias, libertinagem, leituras proibidas e, em maior número (a culpa que mais despertou a atenção inquisitorial durante os seus 285 anos de funcionamento), casos suspeitos de judaísmo; criou uma capilaríssima rede de funcionários (como os familiares, qualificadores,

³ NOVINSKY, Anita. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil, séculos XVI a XIX*. 2ª ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2009.

visitadores das naus, notários e comissários) que agiam em seu nome, investigando crenças e condutas alheias em nome da pureza da fé católica. Isso sem contar as denúncias feitas aos representantes do Santo Ofício na colônia ou enviadas ao Tribunal que acabaram por não ir à frente, constando na documentação avulsa, nas correspondências, nos Cadernos do Promotor. O Santo Ofício, cabe dizer, sempre atento à documentação, acabou por criar um imensíssimo arquivo com todo tipo de informação envolvendo os que eram acusados ou confessavam suas culpas ao Tribunal. Documentação não só vasta quanto minuciosa, em que eram descritos os mais ínfimos detalhes e segredos ouvidos pelos seus representantes, no intuito de tornar as medidas inquisitoriais livres de erro ou julgamentos injustos – isso, claro, na visão do Santo Ofício, fruto do contexto de sua época. Para nós, hoje, verdadeiro circo de horrores a cometer julgamentos tesatinados e abusos, no intuito de zelar de forma exagerada e monocórdica pela pureza da fé.

Em muitos sentidos, a Inquisição moldou comportamentos e ideias do cotidiano da metrópole e do “viver em colônias” - construiu imaginários, causou a disseminação de intrigas e intimidações, desmantelou relações sociais, implodiu laços familiares, mas igualmente influenciou a criação de redes de apoio e proteção a indivíduos e grupos ameaçados por sua ação, ao mesmo passo que também gerou estratégias de defesa, sigilo e resistência as mais variadas de todos aqueles que se sentiam perseguidos ou fragilizados. Embora se impusesse pela ameaça de punição e pelo discurso do medo, estes nem sempre foram paralisantes. Que o digam os relatos de toda sorte de práticas desviantes das normas estabelecidas que podem ser lidos nos depoimentos aos representantes do tribunal, afora os incontáveis casos de indivíduos que conseguiram por acaso ou perícia manter-se à margem do Santo Ofício, escapando das suas garras... Uma atmosfera de intimidação que dava vazão, a contrapelo, a histórias de persistência. Ainda hoje, passados dois séculos de seu encerramento, seus sintomas estão presentes, alimentando opiniões e julgamentos num mundo de (falsos) moralismos e desrespeitos gritantes, moldando muitos dos preconceitos e violências que vivenciamos atualmente. Mas, afinal, o quanto de Inquisição sobrevive em nosso mundo? Em que sentido somos frutos, herdeiros ou reféns de sua influência?

É fato que o campo dos estudos inquisitoriais no Brasil tem avançado muito nas últimas décadas, e já pode ser contado por gerações. Atualmente, o tema é estudado em

instituições espalhadas por todo o país. Solidificou-se a partir de pesquisadores preocupados em compreender o Santo Ofício e seus personagens, seja entendendo as motivações, engrenagens, imaginários, ações e colaboradores no afã de controlar o comportamentos e crenças dentro da norma cristã e do monopólio católico vigente, seja a partir dos estudos de caso envolvendo os perseguidos e vitimados de todo o tipo – os denunciados, os que viviam sob a pressão do medo persecutório, as especificidades dos processos de resistência, os detratores e críticos de sua ação, os processados e punidos de toda sorte (no limite, com a própria morte)... Os estudos têm-se renovado constantemente, incentivados pela expansão dos programas de mestrado e doutorado; pelo contato e diálogo cada vez mais frequente entre pesquisadores brasileiros e do exterior; pela interação dos investigadores do tema com pesquisadores de outros campos científicos, permitindo discussões para além da História; pelos avanços tecnológicos que permitiram a disponibilização de acervos documentais em formato online; pela divulgação dos estudos em eventos científicos, trabalhos acadêmicos, revistas especializadas, produções culturais diversas, livros e outros meios de divulgação. Sintoma de que a Inquisição e tudo que a orbita é tema muitíssimo atual e, verdadeira cartola de mágico, bem longe de esgotar-se, ganhando novas e ricas possibilidades de interpretação.

Mesmo para além da Academia, o interesse pela Inquisição e seus personagens é cada vez mais abrangente e materializado em múltiplas expressões de linguagem e plataformas distintas que abarcam públicos de diferentes idades e interesses: revistas em quadrinhos; franquias de jogos de videogame; romances históricos e textos literários variados; programas, novelas e séries televisivas; peças teatrais; filmes; documentários; museus e exposições variadas; páginas na internet que abordam o assunto de forma ora profunda ora superficialíssima ou equivocada; souvenirs turísticos e produtos alusivos (muitas vezes ofensivos ou de mal gosto) vendidos em lojas ou on-line...

Neste dossiê, buscamos abrir o leque para pensar estas reflexões no contexto da História Pública, em seu sentido mais nobre: entender a História e o uso que fazemos dela, alcançando novas e maiores possibilidades de comunicação e abrangência. Assim, como pensar os estudos da Inquisição não apenas na Academia, mas também além desta? Como mesurar suas influências e impactos em nosso cotidiano? Qual mensagem busca-se divulgar sobre o assunto? Que controle temos – ou queremos ter – sobre a narrativa

histórica construída? Como publicizar os debates sobre o Santo Ofício e seus personagens? Que meios, mídias, formatos e discussões têm buscado tornar possível o desencastelamento do tema, tornando-o mais próximo e interessante de um público mais amplo – e o porquê da importância disto?

Neste sentido, reunimos pesquisadores em momentos variados de sua formação e pesquisa para discutir a tônica da Inquisição e de seus personagens em distintos recortes, âmbitos e abordagens, comprometidos em analisar o mundo do Santo Ofício em algumas de suas múltiplas facetas, permitindo que antigos debates sejam revisitados e atualizados, que novas perspectivas e possibilidades de trabalho com os documentos relativos ao tribunal sejam compreendidos à luz das metodologias e correntes historiográficas contemporâneas e colocados em diálogo e destaque. Afinal, pensar o passado é também rever nosso próprio tempo.

O dossiê que ora publicamos nesta edição da *Histórias Públicas* é constituído de seis artigos, que agora apresentamos.

O primeiro texto, “O ressoar do Martelo das Feiticeiras”, de autoria de *Mariana Oliveira Ferreira de Freitas*, aborda as heranças inquisitoriais no mundo atual a partir de um dos mais divulgados livros utilizados como manual de conduta pelo Santo Ofício, o *Malleus Maleficarum*, mais conhecido como *Martelo das Feiticeiras*, escrito em 1484 por Heinrich Kramer & James Sprenger. A obra foi fundamental para a construção de um discurso misógino e violento contra as mulheres, moldando estereótipos como a visão de bruxa, inclusive na América portuguesa, onde a questão ganhava novas roupagens e camadas devido às mesclas étnico-culturais presentes. O artigo pretende perceber os vestígios e desdobramentos deixados pela literatura de caça às bruxas ao longo dos tempos na sociedade brasileira, desde a experiência colonial até os seus resquícios e marcas na sociedade contemporânea.

Em “A Ação da inquisição lusa no Brasil Colonial: os cristãos-novos da Beira presos na Bahia entre séculos XVII e XVIII”, artigo de *Mylena Correia de Melo*, o tema central são os cristãos-novos – judeus batizados à força ao catolicismo em fins do século XV e seus descendentes – vistos como principal ameaça à pureza cristã durante grande parte do tempo em que a Inquisição portuguesa existiu. De maior ameaça a principais denunciados e perseguidos, os neoconversos, suspeito de continuar a judaizar em segredo

(o criptojudaísmo), foram vítimas de desconfianças generalizadas da Igreja, do Estado, da sociedade e da própria Inquisição. Não à toa, eram excluídos na sociedade, embora fossem, por outro lado, figuras fundamentais para o sucesso dos interesses expansionistas e de manutenção do império luso. O Brasil tornou-se dos espaços privilegiados desta diáspora sefardita, onde rapidamente galgaram posições de destaque na economia e na administração coloniais. Mesmo sem a existência de um tribunal estabelecido no Brasil, foram fortemente acossados e delatados ao Santo Ofício. A partir do exemplo de cristãos-novos da região metropolitana da Beira que vieram para a Bahia, o artigo busca compreender o peso dessa migração para a luso América, suas influências na formação da sociedade colonial bem como os motivos que levaram alguns deles a fazer, tempos depois, o caminho inverso, de volta ao reino.

Um de nossos principais cronistas, autor de *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade na Restauração de Pernambuco*, obra de 1648 que relata a resistência portuguesa à época da invasão neerlandesa ao Norte é assunto do terceiro artigo, “De cronista a alvo do Santo Ofício: o protagonismo de Frei Manoel Calado do Salvador”. Nele, *Regina de Carvalho Ribeiro da Costa* discute a centralidade de Calado para o catolicismo e para a guerra de reconquista no Brasil holandês atuando como religioso, cronista de época e informante/delator de guerra. Sua importância não foi suficiente para impedir que acabasse denunciado ao Santo Ofício, suspeito de algumas condutas consideradas duvidosas, possuidor de inimizades e suspeitos de alianças que comprometiam os interesses portugueses, como a amizade que mantinha com o principal expoente e autoridade da presença holandesa no Brasil, o Conde João Maurício de Nassau.

Outro exercício de microanálise pode ser conferido em “Heresias, transgressões e delitos em Campanha: Um olhar sobre as denúncias encaminhadas ao Santo Ofício (1755-1796)”. O artigo de *Samuel Vitor de Carvalho e Márcio Eurélio Rios de Carvalho* pretende apresentar as acusações feitas ao Tribunal de Lisboa referentes aos primórdios da atual cidade de Campanha, em Minas Gerais, num período de quase meio século, entre 1755 e 1796, em tempos de crescimento econômico e populacional. Baseada em pesquisas sobre a atuação do Santo Ofício na região das Minas, busca analisar sua presença na Comarca do Rio das Mortes e na região de Campanha, compreendendo a

ação dos agentes, os delitos, heresias e transgressões denunciados, evidenciando suas especificidades e naturezas.

Os representantes do Clero também cometiam seus desvios, por vezes abusando do poder que tinham e colocando em xeque os sacramentos da Igreja. Dentre esses, o delito da solitação é assunto bastante conhecido da historiografia. É o que demonstra *Sabrina Silva* em “Galanteadores de batina: os padres e suas artimanhas de sedução no confessionário (Minas Gerais, século XVIII)”, que analisa denúncias contra padres acusados de assediar mulheres e homens durante o ato da confissão para usufruir de relações amorosas e deleites sexuais, seja com uso de palavras, galanteios, toques físicos, favores, promessas e presentes, seja com ameaças e coações das mais variadas. Zelar pelo bom comportamento moral dos representantes da Igreja era questão fundamental para a própria imagem do catolicismo, e por isso a *solitatio ad turpia* era questão que se enquadrava na jurisdição inquisitorial.

Matheus Antônio da Silva Costa, em “*Sombras de Goya, reminiscências do Santo Ofício: a memória da Inquisição espanhola na obra cinematográfica de Milos Forman*”, artigo que fecha o dossiê, aborda os usos e reelaborações do passado inquisitorial espanhol pela produção cinematográfica, baseando-se no filme de Milos Forman, lançado em 2006. Baseado na biografia de um dos mais excepcionais pintores espanhóis, Francisco de Goya y Lucientes (1746-1828), conhecido, dentre outras obras, por suas representações pictóricas denunciadoras dos horrores do Santo Ofício hispânico e seu impacto naquela sociedade, o trabalho busca compreender o imaginário difundido sobre a Inquisição a partir das referências e escolhas feitas pelo diretor na construção da narrativa fílmica.

Além dos artigos, o dossiê apresenta duas resenhas de obras voltadas para o tema – afinal, esse também um dos objetivos de divulgação do conhecimento histórico ao grande público. *Letícia Victória Alves Borba* analisa o livro “Páscoa Vieira diante da Inquisição: Uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal no século XVII”, da historiadora francesa Charlotte de Castelnau-L'Estoile. Já *Gabriela Andrade Milles do Carmo* tece considerações sobre “A Santa Inquisição em Portugal - Denúncias da Segunda Visitação do Santo Ofício, Século XVII”, recente publicação que reúne fontes referentes

ao retorno da Inquisição à Bahia entre 1618-1620, de autoria de Ronaldo Vainfas e Angelo Adriano Faria de Assis.

O dossiê termina com uma entrevista feita com um dos mais renomados historiadores brasileiros, conduzida por quatro investigadores dos estudos inquisitoriais – Angelo Adriano Faria de Assis, Alécio Nunes Fernandes, Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz e Yllan de Mattos, todos eles com suas formações intelectuais ligadas diretamente ao grande mestre: Ronaldo Vainfas, referência incontornável nos estudos sobre a Inquisição e seus impactos na Modernidade brasileira. Nela, afiado como sempre, Vainfas aceitou gentilmente responder nossas indagações sobre o papel do historiador das Inquisições, suas influências formadoras, os trabalhos que escreveu e orientou sobre o assunto, os avanços e o que ainda falta explorar nos estudos sobre o Santo Ofício e, como não poderia deixar de ser, sobre as possibilidades da História Pública, mais no sentido efetivo que esta contém de publicização do conhecimento histórico, chamando a atenção - quando esta é feita sem os devidos critérios - para o mal uso que pode comprometer o significado do termo. Uma verdadeira aula de História, que vai muito além do tema do dossiê. Sagaz como sempre, chama a atenção para os abusos cometidos em nome do *presentismo*, por vezes confundido com a própria noção de História Pública: “Se qualquer um pode escrever História, baseando-se apenas em sua experiência pessoal, então, combinemos, esta Ciência não existe. Vira uma ‘terra de ninguém’”.

Mas, aqui, o que defendemos é uma Ciência Histórica pulsante e que se reinventa constantemente, “terra de todos”, parafraseando o mestre, com suas novas questões e perspectivas, cada vez mais democrática e acessível, mas não menos preocupada com seus métodos, ferramentas e possibilidades de análise. Ao mesmo tempo, acessível e embasada, capaz de produzir conhecimento de qualidade para leitores em número mais amplo e heterogêneo. Afinal, ao refinar e compreender sua função, a História torna-se também mais pública e fundamental para a conscientização das pessoas e na luta por um mundo mais justo, onde não haja, em nenhum sentido, espaço para velhas ou novas inquisições.

Boa leitura a todos!